



ARTIGOS



Vivência(s) docente(s) de mulheres lésbicas e bissexuais no ensino superior privado de Belo Horizonte

Isabella Campos Freitas D'Avila, *Centro Universitário UniBH*

Luiz Paulo Ribeiro, *Universidade Federal de Minas Gerais*

Resumo. Proveniente de um estudo de mestrado, esta pesquisa propõe apresentar narrativas de professoras lésbicas e bissexuais diante do reconhecimento da cisheteronormatividade e discutir a respeito das repercussões que essa estrutura provoca na construção das identidades e da prática docente. Para isso, foram realizadas entrevistas narrativas com quatro professoras do ensino superior privado de Belo Horizonte, para posteriormente promover uma discussão a partir da análise das narrativas em consonância com teorias de identidade, a partir de um olhar decolonial, interseccional e feminista. Dessa forma, a discussão possibilitou perceber que a cisheteronormatividade, afeta a maneira como as professoras se constituem e se apresentam socialmente.

PALAVRAS-CHAVE: docente; ensino superior; mulheres lésbicas e bissexuais; cisheteronormatividade.



Introdução

Esse artigo surge da produção de uma dissertação de mestrado, na cidade de Belo Horizonte, com docentes LGBTI+ do Ensino Superior privado da mesma cidade. Nesse texto, são construídas reflexões e discussões sobre a vivência de mulheres que se relacionam com mulheres e atuam como professoras em faculdades privadas. Para isso, é preciso trazer conceitos que foram abordados mais detalhadamente na dissertação, como política de identidade, identidade política, lógica de reconhecimento e colonialidade.

Ciampa (2002) fala de política de identidade, localizando a expressão como originalmente utilizada por Goffman (1975) em seu livro “Estigma”. Nesse cenário, a política de identidade aparece como uma receita para alcançar a categoria de humano esperada. Enquanto que, uma identidade política pressupõe um rompimento com as normas identitárias. É pensar a identidade como ponto de partida para a constituição política dos sujeitos, de forma a repensar suas condições e possibilidades de existência é acreditar na emancipação e metamorfose das identidades (CIAMPA, 1987; LIMA 2010).

Com isso, a colonialidade foi um conceito pensado por Aníbal Quijano no final da década de 1980. O pesquisador peruano trouxe a colonialidade como um conceito que entende o colonialismo como uma continuidade e não como um momento histórico superado, representado pela expansão da Europa na invasão de territórios e escravização de pessoas africanas. Ele propõe que, através do discurso da modernidade, europeus colonizaram e colonizam povos, com o discurso de levar a civilização e a modernidade para populações tidas como primitivas. O movimento de pensar a colonialidade como uma estratégia ainda permanente é um movimento decolonial de ver o mundo (BALLESTRIN, 2013; MIGNOLO, 2017).

A colonialidade/modernidade é elemento fundamental do capitalismo, que determina padrões mundiais, “como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal” (QUIJANO, 2009, p. 73). Dessa maneira, o que se defende aqui é a perspectiva da identidade como metamorfose humana, como luta por reconhecimento em um mundo euro/norteamericano capitalista/patriarcal moderno colonial (GROSFOGUEL, 2008) no qual



tende a prevalecer a desrazão, a um não-devir humano, em prol da conservação da norma colonial, que “em vez de proprietário das coisas, estas é que o têm como propriedade; em vez de fazer uso das coisas, estas é que o usam; em vez de trabalhar com suas ferramentas, com seus instrumentos, estes é que trabalham com o homem como ferramenta, instrumentalizando-o” (CIAMPA, 1987, p.227).

Considerando o conceito de políticas de identidade como modelo normativo de formas de vida, o jogo do reconhecimento estabelece normatizações que partem da identidade construída pela colonialidade (VERGUEIRO, 2015). Ou seja, o reconhecimento de uma identidade docente é atravessada pelas normas sociais vigentes. Dessa forma, a heterossexualidade compulsória (RICH, 2012), opera de maneira intrínseca a todas as esferas sociais, funcionando de maneira normativa e, portanto, institucionalizada. Dessa forma, a heterossexualidade está estabelecida como um paradigma a ser seguido e aparece em todas as instituições sociais, estabelecendo uma aprendizagem cultural que resulta em um heterossexismo (JESUS, 2013). Ou seja, há uma hierarquização da heterossexualidade, em contraponto com a homossexualidade, sendo a primeira o modelo a ser seguido e a segunda como algo a ser rechaçado. A discussão da heteronormatividade se iniciou para pensar como a heterossexualidade compulsória funciona como instituição política, reconhecendo seu efeito em toda sociedade (RICH, 2012). Além disso, o transfeminismo contribui com essa discussão para pensar além da sexualidade, mas também sobre as normas que afetam as identidades de gênero.

Na escola, a cisheteronormatividade aparece como uma “pedagogia da sexualidade” (LOURO, 1997) que disciplina os corpos – de forma sutil, porém contínua – e fortalece a lógica dominante da heterossexualidade e cisgeneridade. Essa lógica funciona como um guia de normas sociais que diz que o que se espera e o que considera “normal”, ser uma pessoa cisgênero (identidade de gênero) e heterossexual (orientação sexual). Essas normas são transmitidas desde a infância no ambiente doméstico e reafirmadas no ambiente escolar (BENTO, 2011; SOUSA, 2018). Lógica que afeta não somente estudantes, mas também professoras e professores. Possivelmente em decorrência disso, docentes sentem insegurança de assumir suas identidades sexuais dentro do espaço escolar e, muitas vezes, precisam recorrer a uma camuflagem heterossexual (MARSHALL, 2018). Como camuflagem, um recurso de



sobrevivência e proteção, reflete a força cisheteronormativa na vida das pessoas LGBTI+.

Assumir uma camuflagem heterossexual, para evitar uma possível homofobia, pode ser entendida como uma política de identidade que determina e orienta – de forma sutil ou não - que é preciso ser heterossexual. Isso influi na prática docente de pessoas LGBTI+ ao considerar que ocupar tal profissão envolve diversas pré-suposições de um imaginário coletivo do que é ser um professor ou uma professora. De como essa pessoa deve se comportar ou se apresentar. A construção dessa ideia de uma identidade que um determinado grupo deve assumir, é chamada de “Outro generalizado” (MEAD, 2009), conceito que postula a influência do social no comportamento de sujeitos. A comunidade, desta forma, age determinando condutas e normas e controla o pensamento e as ações no campo individual (MEAD, 2009).

Dessa forma, categorias como gênero, sexualidade, raça, são, ao mesmo tempo, características particulares e sociais. E a construção da apresentação desses aspectos na sociedade capitalista e colonial está ligada às concepções naturalizadas de um outro generalizado com base no sujeito colonial-universal: homem, branco, heterossexual, cisgênero (SAUNDERS, 2017). Pode-se entender ainda a existência de um outro generalizado que escapa a essa universalidade, mas que sofre a força das normas que estabelecem um fetichismo dessas performatividades e, com isso, gerando uma espécie de identidade-mito (CIAMPA, 1987)

A construção de uma identidade-mito e do outro generalizado afeta a identidade docente de ensino superior, também partindo do sujeito colonial-universal: homem, branco, heterossexual, cisgênero etc. Ao longo da história da profissão docente, foi-se construindo uma política de identidade, ou seja, determinações normativas que influenciam no reconhecimento das identidades pela sociedade (CIAMPA, 2002). Tardif (2014) pontua que o saber docente está relacionado a um saber social, ou seja, não se estrutura sozinho, mas intrinsecamente com o grupo de agentes envolvidos com a educação, professores, estudantes, instituição escolar, instituição governamental, etc. E a partir dessa trama, se produz a lógica de reconhecimento da profissão docente. Dessa forma, o que se supõe, socialmente, é que ser professor, influencia nas identidades da pessoa que ocupa essa profissão.

A maneira como pessoas atuam na docência de ensino superior, está relacionada com a sua individualidade, vinculada com o social, com a



complexa tarefa de ensinar, localizado em um espaço de trabalho, e enraizado em uma instituição e em uma sociedade (TARDIF, 2014). Dessa forma, a política de identidade docente está relacionada diretamente com as normas sociais, e, portanto, sofre influências da cisheteronormatividade, entendendo esta como uma instituição política na sociedade ocidental atual.

Tendo em vista tais questões, vislumbrando que os padrões cisheteronormativos atravessam também os espaços educacionais do ensino superior, esta pesquisa teve como objetivo apresentar e discutir as estratégias que docentes lésbicas e bissexuais, utilizam cotidianamente para lidar com a cisheteronormatividade e se manter ou conquistar o reconhecimento de ser professor(a).

Para pensar a temática, a pesquisa segue o caráter qualitativo, visto que busca refletir sobre os fenômenos sociais (FLICK e GIBBS, 2009). Dessa forma, foi assumido o posicionamento de investigar os significados produzidos a partir das relações sociais, tomando como base uma visão holística, indutiva e naturalista. Ou seja, o entendimento dos significados de um comportamento ou evento só é possível a partir da compreensão das interrelações ocorridas em um contexto específico (visão holística), sendo consideradas necessárias observações mais livres, possibilitando que as dimensões e categorias de interesse emergjam ao longo da coleta e análise dos dados (abordagem indutiva). E, para isso, é necessário assumir uma postura naturalística, em que a intervenção no contexto observado seja reduzida ao mínimo (ALVES, 1991).

Para alcançar o objetivo da pesquisa, foram feitas entrevistas narrativas, que são uma forma de entrevista não estruturada e de profundidade (JOVCHELOVITCH e BAUER, 2002). Esta escolha ocorreu pelo fato de que a identidade é um conteúdo interno que só é compreendido quando exteriorizada (LIMA, 2010). Dessa forma, a entrevista narrativa nesta pesquisa tem como objetivo captar a trajetória de algumas pessoas LGBTI+ que atuam na docência no ensino superior, buscando entender como ocorre as suas negociações diante da existência de uma cisheteronormatividade que atua em toda sociedade, durante toda a vida dos sujeitos e como a partir de suas vivências pessoais ou profissionais, suas identidades foram aparecendo e, a partir disso, como apresentam e representam suas identidades em sala de aula.

Para a análise, foram utilizados os trabalhos de Ciampa (1987) e Lima (2010) como referência. Os autores buscaram superar uma mera



descrição de identidades e segue o que Lima e Ciampa (2017, p.5) propõem para as pesquisas sobre identidade dentro da Psicologia Social Crítica:

[...] ir além de uma descrição de características identificatórias, não sendo suficiente compreender só a história de um indivíduo ou de um grupo, sendo necessário apreender a não identidade; [...] analisar os processos de individuação-socialização e/ou alienação-emancipação, buscando compreender a sociedade e a política em que o indivíduo está inserido; [...] identificar como ocorrem os modos de reconhecimentos dos indivíduos submetidos às (bio)políticas de identidades; [...] procurar nas narrativas a expressão de fragmentos de resistência, de emancipação. (LIMA e CIAMPA, 2017, p.5)

Dessa forma, ciente da impossibilidade de captar uma identidade em sua totalidade, ou como algo dado, o movimento feito foi conseguir vislumbrar de recortes escolhidos pelos sujeitos, que assim, apresentam suas identidades a sua maneira, considerando o contexto de uma entrevista narrativa, fornecida para uma pesquisa acadêmica (CIAMPA, 1987; LIMA, 2010; LIMA e CIAMPA, 2017).

Parte-se então, da compreensão e limitação de quem escuta. É preciso assumir o lugar de “testemunha”, ou espectadora da narrativa, que pode se apresentar de formas variadas, com sofrimento, mortificação, subversão, emancipação, etc. Mas ciente de que se inicia com um não-saber sobre nada que virá e se apoiar apenas na noção de um contexto (social e histórico) no qual essa pessoa está inserida. De toda forma, é preciso assumir um compromisso de destituição de pré-conceitos e se disponibilizar de forma genuína (LIMA, 2014; LIMA e CIAMPA, 2017).

O desafio ao lidar com a análise das narrativas é se desfazer dos pressupostos inerentes à identidade da pesquisadora, estruturados a partir de sua própria história de vida, em um mundo colonializado, machista, capitalista, racista e cisheteronormativo. Ciente da inexistência de uma neutralidade total, tentou-se captar os fragmentos das formas que as pessoas entrevistadas lidam com a estrutura social e como apresentam isso em suas identidades, através de suas personagens e da sala de aula, ainda que considerando a possibilidade constante de metamorfose(s). Com isso, esse artigo busca recuperar trechos das narrativas das pessoas entrevistadas para discutir sobre como lidam com a cisheteronormatividade em sua atuação profissional em um espaço educacional de Ensino Superior privado.

Esse trabalho utilizou cinco entrevistas narrativas, de pessoas cisgênero, não heterossexuais, que atuam no ensino superior privado de



Belo Horizonte, e busca tecer suas narrativas dentro do que os assemelha, ser docente e não ser heterossexual.

Esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais estando registrada sob o número 42452721.2.0000.5149. As participantes da pesquisa leram, deram ciência e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Cabe ressaltar ainda que esta pesquisa foi realizada durante o período de restrições sociais impostos pela pandemia de Covid-19. Por isso, as entrevistas foram feitas sob mediação tecnológica e foram seguidos todos os parâmetros de pesquisas determinados para os meios virtuais.

Narrativas e Discussão

Ao se colocar como testemunha de vivências e experiências que essas docentes lésbicas e bissexuais compartilharam, não estabelece um lugar de busca por um resultado ou uma conclusão definitiva sobre os efeitos da cisheteronormatividade nesse cenário. O interesse passa a ser o de recolher pistas para um caminhar contra a estrutura LGBTfóbica da sociedade atual, a fazer valer a importância da metamorfose para uma busca de uma identidade política, principalmente nos espaços educacionais. Dessa forma, foram captados trechos das entrevistas narrativas feitas com quatro docentes de instituições de ensino superior privadas de Belo Horizonte (Márcia, Samantha, Roberta e Zuleide) e dialogar com elas, trazendo reflexões teóricas, que possibilitem um deslocar nessa caminhada.

Com isso, as narrativas dessas quatro mulheres, professoras, podem nos auxiliar a pensar e refletir sobre os efeitos da cisheteronormatividade na atuação, inserção e permanência docente no Ensino Privado. Os trechos que seguem buscam trazer um pouco sobre o fazer e se identificar docente e como, de forma interseccional, a orientação sexual atravessa esse momento.

Não foi uma forma de' u me apresentar, mas vamos pensar...sou uma mulher branca, de classe média, tô dando aula, talvez nem importou na hora de ser contratada, se eu sou bissexual ou não, se sou feminista ou não, porque tem outros marcadores que vem antes, nessa leitura social. (Roberta, mulher cis, bissexual e professora de psicologia)



Roberta coloca as interseccionalidades que marcam a sua identidade e como isso pode afetar o seu reconhecimento quando passa a ser professora. Esse é um ponto importante de ser destacado, entendendo a estética como um recurso importante para a lógica do reconhecimento. Na medida em que não se torna perceptível visualmente que Roberta é feminista ou bissexual, não há como não perceber o seu gênero e a cor de sua pele. Entretanto, essa última só é observável e analisada se for escura. A pele preta tem o seu reconhecimento enquanto humano dificultado pelo racismo e pela estrutura capitalista colonial a qual o mundo se estrutura (FANON, 2008). Roberta, quando parte do reconhecimento da diferença, une-se à luta antirracista e a um feminismo que pede o reconhecimento das diferenças para uma luta pela igualdade.

Como mulheres, fomos ensinadas a ignorar nossas diferenças, ou a vê-las como causas de desunião e desconfiança, em vez de encará-las como potenciais de mudança. Sem comunidade não há libertação, apenas o mais vulnerável e temporário armistício entre uma mulher e sua opressão. No entanto, comunidade não deve implicar um descarte de nossas diferenças, nem o faz de conta patético de que essas diferenças não existem (LORDE, 2020, p.137).

Com isso, a narrativa de Roberta mostra as artimanhas de enfrentar a prática docente diante de um conjunto de outros generalizados e políticas de identidade. Essa lógica perversa que a faz pensar e repensar maneiras de permanecer buscando, através da sua atuação docente, de mulher feminista bissexual e professora, o mundo que acredita, em “um projeto de sociedade em que todas as pessoas sejam respeitadas nas suas diferenças” (Roberta, mulher cis, bissexual e professora de psicologia).

[...] **acho que é importante destacar que em nenhuma das instituições eu tenho declarado expressamente que eu sou LGBTQI, que eu sou lésbica.** Essa é uma questão que é importante, que ao mesmo tempo para mim, é muito difícil. Porque a minha área é a área do Direito e eu vejo ainda, uma grande resistência em relação a esse sair do armário. Então, já agora mais para o finalzinho, pros últimos anos, esse processo tem sido um processo para os meus alunos, mas não para as instituições de ensino. Em nenhuma delas há um questionamento sobre, mas eu não expressei ou expressei verbalmente, claramente, sobre minha orientação sexual (Zuleide, mulher cis, lésbica, professora de Direito, grifos nossos).

A cisheteronormatividade presente na área do Direito parece provocar em Zuleide um medo de sofrer homofobia, mas que apesar disso,



acredita ser preciso construir estratégias para se expressar como pessoa LGBTI+ para quem tem maior contato, que são as suas turmas e que acredita ser importante, na medida em que entende a representatividade como algo importante para essas e esses jovens. O medo da retaliação presente na fala de Zuleide evoca um heteroterrorismo, algo presente na sociedade cisheteronormativa, que veta de forma violenta todo e qualquer comportamento que não seja heterossexual ou cisgênero (BENTO, 2011). “Há um controle minucioso na produção da heterossexualidade. E, como as práticas sexuais se dão na esfera do privado, será através do gênero que se tentará controlar e produzir a heterossexualidade” (BENTO, 2011, p.552). Além disso, quando se cumpre o padrão, se performa dentro do que socialmente se espera de uma mulher, as possibilidades de garantir esse espaço parecem mais facilitadas:

Todo mundo é igual, é bem padrão. Todo mundo com cabelo liso, salto e tal. Às vezes eu preciso disso, porque a gente tem que performar também esse padrão [...] O gênero ainda nem tá num plano de igualdade, que a questão da orientação as vezes se ofusca, não que não tenha também a discriminação, tem, mas as vezes ela se mistura nesse contexto e que prepondera diretamente mais, a questão do gênero, porque não se performa, eu não tô lá de cabeça raspada, cheia de tatuagem e vou dar uma aula de Direito Penal com o meu coturno. **E provavelmente se eu chegasse assim e entregasse o meu currículo, ele ia virar um aviãozinho de papel.** Então como ainda não tem, não é, é menos. Sua orientação não incomoda porque você faz o padrãozinho, então, deixa para lá (Zuleide, mulher cis, lésbica e professora de Direito).

Nesse sentido, para ser reconhecida como advogada, é preciso seguir a norma social, uma política de identidade que não autoriza romper com uma feminilidade esperada e determinada e que não dialoga com a política de identidade lésbica. Essa, por sua vez, é comumente reconhecida a partir de expressões masculinas amplamente difundida pela colonialidade, através da heteronormatividade (VANETI, 2021).

Dessa forma, precisa se adequar na norma para conseguir o reconhecimento mínimo para execução do seu trabalho, sem demonstrar e comunicar ser uma pessoa LGBTI+, mas atua de forma que permite de maneira restrita, subverter esse espaço através da forma que ensina, dentro das discussões teóricas implicadas na problemática social, de forma a romper com a normatização de um ensino rígido e normativo.



Já Samantha coloca a qualidade do seu ensino frente a preocupações sobre possíveis discriminação advindas da sua sexualidade. Porém, isso se dá por uma justificativa:

Quando eu entrei em sala, desde o momento que entrei em sala, isso pra mim não foi uma preocupação. Minha preocupação era se eu daria aula bem ou não. Porque eu nunca me posicionei tentando mostrar que eu era o que eu não era, apesar de ser meio óbvio, que é, eu sei que é. Então por isso que não era uma preocupação, porque posso mandar qualquer fantasia, que estava óbvio, estampado na minha cara, então para mim isso nunca foi problema. O **problema estava mais em mostrar que dava para ter aula comigo**, que dá para entender alguma coisa, e hoje eu não preciso falar nada, nem mostrar nada, que, né, enfim, **me sinto professora, sou lésbica, e é isso**. Então, por enquanto tá tudo bem. (Samantha, mulher cis lésbica, professora de Relações Internacionais, grifos nossos).

Samantha acredita que estava “na cara” a sua sexualidade e que por isso, não era preciso vestir nenhuma fantasia, era óbvio, sendo óbvio, sua preocupação passa a ser a qualidade do seu ensino. Ao se sentir professora, esse local passa a ser incorporado a sua identidade, há então um reconhecimento do lugar que ocupa. Entretanto, há um ponto a ser refletido, será que há uma preocupação maior com a forma que ensina, um esforço para mostrar que “dá para ter aula” com ela, uma professora, lésbica. E ela passa a sentir que é possível e se sente professora, é lésbica e é isso.

Seguindo essa lógica, a prática profissional parece como um recurso para se colocar em pauta assuntos como a sexualidade, como um reconhecimento da importância desses temas no processo de formação, na educação.

Como os professores e as professoras se apresentam, não só o que elas levam, o que eles levam para transmitir, para discutir, não só a forma como eles se colocam disponíveis, para conversar sobre em experiências e produção de conhecimento mesmo nos campos em que estamos, mas como eles se apresentam. Acho que eles têm uma importância para quem está em processo de formação (Roberta, mulher cis, bissexual e professora de psicologia).

Parece que Roberta reconhece em seu processo formativo a importância de se ter um espaço para discutir as experiências e para construção de uma representatividade que possibilite uma formação implicada com o a realidade, o que dialoga com a compreensão de educação como prática de liberdade (FREIRE, 2020b).



Ter a teoria como um lugar para se pensar e pensar as lógicas sociais tem uma função para Roberta e para sua prática docente, ou ao menos para o que vê como importante na educação. De toda forma, “A teoria não é intrinsecamente curativa, libertadora e revolucionária. Só cumpre essa função quando lhe pedimos que o faça e dirigimos essa função quando lhe pedimos que o faça e dirigimos nossa teorização para esse fim” (HOOKS, 2017, p.86).

E hoje eu estava pensando, que eu sou uma professora bissexual, mas eu sou uma mulher feminista que é bissexual, que virou professora. Não dá para eu falar que eu sou professora antes disso. E quando eu estou sendo professora, eu não vou apagar isso. Eu sou uma mulher feminista e bissexual quando tô na clínica, não vou falar “sou psicóloga e por acaso, eu sou mulher bissexual e feminista”. A minha identidade profissional não acho que vem antes disso [...] (Roberta, mulher cis, bissexual e professora de psicologia)

Roberta coloca que a atividade profissional não é o que determina quem é, e quem é que determina como se dá a sua prática profissional. E quem é hoje, está diretamente relacionado às relações sociais que estabeleceu até chegar nos lugares que ocupa profissionalmente. Ou seja, a maneira como compreende sua identidade, sua sexualidade, seu gênero, dá forma à maneira como ensina. Isso também aparece um pouco na narrativa de Márcia:

Eu me nomeio de formas muito diferentes, a depender do lugar que eu estou. Então aqui, né, pra você: Eu sou Márcia, eu sou psicóloga, eu sou professora, sou feminista, eu sou uma professora que trabalha com as teorias críticas, que tem um trânsito, vamos dizer assim, de respeito e de carinho com os meus colegas, né, ou pelo menos a maioria deles, a despeito de eu saber que alguns não me veem com bons olhos, inclusive por causa das teorias e das posições políticas que eu tomo, ou da forma como eu circulo, sempre buscando o sentido de como esses acontecimentos sócio-históricos nos atravessam e também criam nossos sistemas de subjetividades. (Márcia, mulher cis, bi em posição lésbica e professora de Psicologia).

Porém, os acontecimentos sócio-históricos, sempre atravessam e não se pode esquecer que alguns acontecimentos podem trazer preocupações e alterar a maneira como essas professoras atuam. Afinal, fazem parte de uma estrutura machista, sexista, LGBTfóbica, racista.



Eu estou me lembrando aqui, mais especialmente de um episódio que eu e alguns outros colegas, não LGBT's em específico, mas ligados a essas teorias de gênero, vivenciamos, e isso deve ter sido acho que no ano de 2016 ou no ano de 2017, circulou uma lista na internet de professores que processavam...a questão era essa, né...“processavam ideologia de gênero e teoria queer” e dentre esses professores o meu nome estava, né, e inclusive como a lista chegou lá na faculdade na qual estava vinculada naquele momento, e não só meu, mas de vários outros professores. (...) Desde esse momento, eu acho que não só eu, mas a partilha com os meus colegas, se deu assim, mais numa perspectiva de uma preocupação, de uma preocupação em se colocar LGBT dentro da sala de aula, de falar das teorias de gênero, falar das desigualdades, falar de machismo, falar da sexualidade, então assim todos esses temas, eles foram, vamos dizer assim, circulando como tabus e eu me vi também um pouco encolhida na sala de aula para fazer esse tipo de abordagem inclusive na perspectiva de me colocar no cenário, né. (Márcia, mulher cis, bi em posição lésbica e professora de Psicologia)

Diante de uma situação de vigilância da prática docente, principalmente no que se refere às práticas relacionadas aos direitos humanos, e com isso, às teorias de gênero e sexualidade, a forma como se coloca professora, se vê fragilizada. A normatividade da prática docente, atravessada pela cisheteronormatividade, poda a expressão de uma docência autêntica. Fazendo ser preciso utilizar de recursos que encaixem dentro da norma, mas ainda assim, trazendo os temas de forma mais retraída

Então eu sempre fui abertamente uma professora que trabalha com essas temáticas, que é LGBT. No entanto, eu sinto que na ocupação desse espaço de sala de aula, eu retraí depois desse acontecimento porque eu fiquei ameaçada, porque eu entendia que a gente tinha uma certa liberdade, bom o sistema já estavam consolidado, né, e a gente não tinha vivido ainda né como essa é com essa materialidade que a gente vive hoje, né essa onda neoconservadora que vai produzindo todos esses discursos relacionados com a família, com a maternidade, com todas as formas mesmo conexas com esse sistema aí de heteronormatividade. (Márcia, mulher cis, bi em posição lésbica e professora de Psicologia)

Márcia leciona em disciplinas que possuem as temáticas de gênero e sexualidade como parte da ementa base, atua com conteúdo de Psicologia Social, Psicologia Comunitária, Saúde Coletiva, Psicologia Jurídica, etc. Porém a obrigatoriedade de falar a respeito fica reservada apenas à teoria e com difíceis aparições de pessoalidade, através de sua própria experiência. Isso provoca um desenraizamento das próprias



problemáticas, essenciais para uma educação libertadora (FREIRE, 2020b). Ao assistir uma sequência de comportamentos de perseguição a prática educativa que acredita Márcia não vê outra alternativa do que incorporar um discurso mais brando e de uma teoria desarticulada com a sua própria experiência, ainda que contemple a vida de outros corpos.

Essa vigilância, o medo constante pela forma que as discussões e demonstrações sobre si, acompanha uma observação de como o grupo reage a esse tipo de assunto. Com receio, inicia sua prática com cuidado e um olhar atento, percebendo a turma e sentindo o quanto poderia avançar ou não em uma discussão sobre as problemáticas sociais, ou até mesmo para pensar uma epistemologia com olhares para além do normativo

Eu ficava na dúvida...no primeiro semestre por exemplo, a gente discutiu gênero, mas foi uma coisa mais conservadora. No segundo eu já falei “vamos pegar um texto de transfeminismo“. Aí no semestre passado que eu tinha uma turma que era mais... e também tem isso, eu vou dar uma acompanhada na turma. Uma turma que era mais tranquila, muito mais curiosa, disponível que tava a fim inclusive de se questionar, aí a gente já pegou um texto da Sofia Favero para pensar sobre infâncias trans, um texto sobre bifobia. Porque são discussões que me parecem fundamentais, para o trabalho no campo da psicologia, seja na política pública, seja clínica privada e que não tem muito espaço (Roberta, mulher cis, bissexual e professora de psicologia).

A experiência de Roberta remete automaticamente a que bell hooks (2017) compartilha em seu livro “Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade”.

O horário era apenas um dos fatores que impediam essa turma de se tornar uma comunidade de aprendizado. Por razões que não consigo explicar, ela também era cheia de alunos “resistentes” que não queriam aprender novos processos pedagógicos, não queriam estar numa sala que de algum modo se desviasse da norma. Esses alunos tinham medo de transgredir as fronteiras. E, embora não fossem a maioria, seu rígido espírito de resistência sempre parecia mais forte que qualquer disposição à abertura intelectual e ao prazer no aprendizado. Essa turma, mais que qualquer outra, me levou a abandonar de vez essa ideia de que o professor, pela simples força de sua vontade e de seu desejo, é capaz de fazer da sala de aula uma comunidade de aprendizado entusiasmada (hooks, 2017. p.19).

A tarefa de dar aula e tocar em pontos que contrapõe as normas sociais e as características que a colonialidade estruturou dentro do capitalismo como esperadas é única a ser reconhecida, é desafiadora, visto que pode encontrar pessoas que não estão dispostas a se colocar abertas



para novos mundos, de forma crítica, conseguindo escutar, colocar-se e colocar suas perspectivas em dúvida, e “ir mais além de seus condicionantes” (FREIRE, 2020c, p.27). Entretanto, da mesma maneira, é possível vincular a prática exatamente na aposta de conseguir construir relações no espaço educacional para uma comunidade de aprendizado.

Às vezes eu mostro aqui minha cachorrinha que fica aqui dormir no final da aula para dar um tchauzinho, mas é o máximo que eu faço. Não costumo falar muito sobre isso, sobre as minhas experiências e tal. E às vezes, algumas turmas costumam falar mais. Eu posso dar o exemplo de uma turma do semestre passado do estágio, então tinham alunos, vários alunos LGBT's e a turma ficava, falavam muito das suas experiências, mesmo porque quando eu vou trabalhar temas, trabalhar seminários, sempre tem esses os textos que a gente lê, que tem essas temáticas, né. Os alunos falavam mais. **E aí, nessa turma eu me senti, vamos dizer assim, um pouco mais confortável para falar sobre essas experiências.** (Márcia, mulher cis, bi em posição lésbica e professora de Psicologia).

No relato de Márcia há uma explicação de que quando se percebe uma sala que promove uma sensação maior de liberdade para romper com uma determinação normalizadora, de uma docência amordaçada por uma teoria vazia, como no exemplo da turma que aparece na narrativa de Márcia, pode-se entender que se caracteriza uma comunidade pedagógica, mesmo que de forma rara, e somente em momentos que pudesse haver reconhecimento mútuo de identidades parecidas, em que a cisheteronormatividade vá aparecer de uma forma mais branda e sem sanções, de maneira que permite aparecer a Márcia, e não somente a professora de Psicologia. Seguindo essa lógica, Roberta fala:

E eu tenho feito um esforço também, tentando entender um pouco o perfil das alunas e dos alunos que eu tenho, de tentar trabalhar com autoras e autores que sejam mais acessíveis. E aí ela falou “eu te agradeço, porque para mim foi uma surpresa ver uma mulher lésbica ocupando esse lugar da docência, e me deu uma perspectiva de futuro, porque não era algo que passava pela minha cabeça a possibilidade de dar aula.” E eu achei muito interessante, pensando nas complexidades, e que eu nunca apresentei com uma mulher lésbica, em nenhuma disciplina. Eu falo eu sou casada com mulher, e isso tem a ver com direitos humanos. E aí acho que o sentido inclusive disso, vai se transformando para cada uma das pessoas que escuta. (Roberta, mulher cis, bissexual e professora de psicologia)



Apesar de não se apresentar como uma mulher bissexual e nem como mulher lésbica, o fato de romper com um tipo de relacionamento heteronormativo e de expor a sua relação amorosa para a sua turma, possibilitou que sua aluna a vinculasse como alguém importante enquanto representatividade. Desse modo, a docência se torna um lugar de referência profissional, algo possível para quem vê sua humanidade negada pela lógica do reconhecimento perverso (LIMA, 2010).

Com isso, é preciso considerar como possível a construção de um espaço educacional que viabilize um fazer docente genuíno, seguro e compartilhado. O ambiente seguro é requisito mínimo para construção de uma comunidade pedagógica. hooks alerta que “(...) um dos jeitos de construir a comunidade na sala de aula é reconhecer o valor de cada voz individual” (2017, p.58). Para possibilitar a fala e a escuta, é preciso promover um espaço de segurança, não só para estudantes compartilharem suas experiências, como para professoras e professores. “Fazer da sala de aula um contexto democrático onde todos sintam a responsabilidade de contribuir é um objetivo central da pedagogia transformadora” (HOOKS, 2017, p.56).

Considerações Finais

O que se constrói agora, não se propõe concluir uma discussão a partir das narrativas, mas tenta reunir pontos que nos fornece suporte para compreender as estratégias sobre as vivências e sobrevivências que essas mulheres, lésbicas e bissexuais aderem nos espaços educacionais, para um reconhecimento da identidade docente (personagem professora) e em articulação com o êxito de sua atividade educativa.

O que as narrativas aqui retomadas trazem é que o espaço educacional do Ensino Superior, em específico a cidade de Belo Horizonte e as instituições privadas, tem se configurado como um território marcado pela heteronormatividade. Essa marcação é percebida por elas, de forma que se sentem inseguras de trabalharem livremente e em segurança com o que acreditam. Diante disso, sentem medo, sofrem e tentam encaixar suas identidades em protocolos normativos, enquadrando suas identidades nas frestas da estrutura social. A principal delas é acreditar na construção de uma relação potente com as alunas e alunos, num processo contínuo de elaboração da segurança, de liberdade afetiva e de se mostrar como sujeito, não somente como um ser mítico de transmissão de conteúdo.



Neste processo, as políticas de identidade e as identidades políticas brincam - sorrateiramente - com os sujeitos que estão no espaço formativo. Por vezes, o medo de não ser contratado, de perder o emprego e tantos outros marcados pela compulsoriedade de ser heterossexual, incide no não se mostrar, não falar de si, não demonstrar uma vida possível: a política de identidade posta nas instituições de ensino superior privado é heteronormativa. Quais as consequências disso para alunos e professores? É possível refazer as políticas de identidade que permeiam a noção de quem deve ocupar a profissão docente? A atuação de identidades políticas que promovem uma comunidade pedagógica (HOOKS, 2017), se direcionam para uma mudança de estrutura que valorize a diversidade e as experiências individuais, retomando a docência como uma ocupação humana.

“Sair do armário”, dizer através da própria identidade, que as normas não lhe cabem, não diz sobre si somente. Ainda assim, apenas abordar assuntos de gênero, sexualidade, é estar exposta as constantes vigilâncias sociais que tentam de toda forma, exigir o cumprimento das políticas de identidade, do outro generalizado para possibilitar o reconhecimento da humanidade. A tomada de consciência da metamorfose, ou das lógicas cisheteronormativas que tentam controlar nossas vidas e corpos torna-se ponto de partida para o desenvolvimento de uma identidade ser-para-si. Diante da impossibilidade de se desvencilhar da cisheteronormatividade, considerando que o cumprimento de alguns comportamentos normativos necessários para o reconhecimento do lugar de docente, faz-se necessário a descolonização do pensamento.

Com isso, através da escuta sobre o viver docente, sendo diretamente afetada pela estrutura capitalista, cisheteronormativa, machista, racista, se faz necessário agir de forma a atuar conjuntamente com a heteronormatividade e as normas sociais estabelecidas pelas regras perversas de reconhecimento, para através delas, abrir espaço para construção de identidades políticas que conscientemente ou não, estremecem a estrutura que determina as lógicas de reconhecimento de ser docente. Ainda assim, entende-se que os testemunhos não representem uma totalidade, deseja-se afastar de uma ideia de universal, mas sim, de forma decolonial, apontar para uma pluriversalidade de atuação, mas sempre em vista .

Dessa forma, maneira como se atua nesse espaço, ainda que imbricada no desejo de transformar, de uma educação como prática de



liberdade, pode enfrentar dificultadores de um sistema normativo, colonial, fortalecido pelo capitalismo. Dessa forma, o desejo não basta, é preciso coragem e estratégia para ir provocando, construindo e descolonizando de forma coletiva um ambiente libertador, que criticamente, considere a personagem professora, humana, e desfaça aos poucos as regras do reconhecimento que esse papel possui.

Referências

ALVES, A. J. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, 1991. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1042>.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, p. 89–117, 2013 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/abstract/?lang=pt>. Acesso nov. 2021.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Revista Estudos Feministas [online]*. 2011, v. 19, n. 2, pp. 549-559. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/DMNhhmpzNbKWgH8zbgQhLQks/?lang=pt&format=pdf>.

CIAMPA, A. C. *A estória do Severino e a história de Severina*. São Paulo: brasiliense, 1987.

CIAMPA, A. C. Políticas de Identidade e Identidades Políticas. In: Maria Consuelo Passos; Cristian Ingo Lenz Dunker. (Org.). *Uma Psicologia que se Interroga: Ensaio*. 1ed. São Paulo: EDICON, 2002, v. 1, p. 133-144.

FLICK, UWE (ORG.) GIBBS, G. *Análise de Dados Qualitativos*. Porto Alegre: Artmed, 2009

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade* – 48º Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020a.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 66º Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020b.

GROSGUÉL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de



fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80 (março) 2008, p.115-147. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697>. Acesso out. 2021.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução Marcelo Cipolla. 2ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017. 283p.

JESUS, Jaqueline Gomes de. O conceito de Heterocentrismo: um conjunto de crenças enviesadas e sua permanência. *Psico-USF*, Bragança Paulista, v. 8, n. 3, p. 363-373, dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/Zv5cMnfMKWS5k6xkLtBjjYH/?format=pdf&lang=pt>

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, M. Entrevista Narrativa. In: *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 516.

LIMA, Aluísio Ferreira de. *Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica*. São Paulo: FAPESP, EDUC, 2010.

LIMA, Aluísio Ferreira de; CIAMPA, Antônio da Costa. “Sem Pedras O Arco Não Existe”: O Lugar Da Narrativa No Estudo Crítico Da Identidade. *Psicologia & Sociedade*, v. 29, n. 0, p. 1–10, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/4M8LtMCB7WzPc7mx3NYcVnp/?lang=pt>.

LIMA, Aluísio Ferreira de. História oral e narrativas de história de vida: a vida dos outros como material de pesquisa. In: LIMA, Aluísio Ferreira de; LARA JUNIOR, Nadir. *Metodologias de pesquisa em psicologia social crítica*. Porto Alegre: Sulina, 2014, 237p.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação*. Uma perspectiva pós-estruturalista. 03. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. v. 01. 179p.

MARSHALL, M. C. Docentes Abriendo las Puertas del Clóset: Narrativas de Resistencias y Apropiaciones a la Heteronormatividad en Profesores Homosexuales. *Revista Latinoamericana de Educación Inclusiva*, v. 12, n. 1, p. 57–78, 2018. Disponível em:



https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0718-73782018000100057&lng=es&nrm=iso.

MEAD, George H. *Escritos políticos y filosóficos*. 1ed. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2009.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: O Lado Mais Escuro Da Modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, p. 01, 2017.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 4, n. 05, 27 nov. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: *Epistemologias do Sul*. Coimbra: CES, 2009. p. 73–117.

SAUNDERS, Tanya L. Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária. *Revista Periódicus*, v.1, n.7., p.102-116, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/22275>.

SOUSA, V. P. DE. Desconstruindo a cis-heterossexualidade: uma perspectiva decolonial. *ARTEFACTUM - Revista de estudos em Linguagens e Tecnologia*, v. 16, n. 1, 2018. Disponível em: <http://artefactum.rafrom.com.br/index.php/artefactum/article/view/1605/778>.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

VANETI, Camila Fernanda. A mulher e a mulher da relação: como discursos hegemônicos constroem expressões do ser sapatão In: *Entre sexo e gênero: compreensão e não explicação* / Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/58160>.

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Cultura e Sociedade, O Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015a.



Disponível em:
<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19685/1/VERGUEIRO%20Viviane%20-%20Por%20inflexoes%20decoloniais%20de%20corpos%20e%20identidades%20de%20genero%20inconformes.pdf>.

Expérience(s) de femmes lesbiennes et bisexuelles de professeurs dans le contexte universitaire privé de Belo Horizonte

Resumé. Ce rapport de recherche propose de présenter des récits d'enseignantes lesbiennes et bisexuelles face à la reconnaissance de la cishétéronormativité et de discuter des répercussions que cette structure entraîne dans la construction des identités et la pratique pédagogique. Pour cela, des entretiens narratifs ont été menés avec quatre professeurs d'enseignement supérieur privé à Belo Horizonte, afin de promouvoir plus tard une discussion à partir de l'analyse des récits en accord avec les théories de l'identité, dans une perspective décoloniale, intersectionnelle et féministe. Ainsi, la discussion a permis de percevoir que la cishétéronormativité affecte la façon dont les enseignants sont constitués et se présentent socialement.

PALABRAS CLAVE/KEYWORDS: enseignant. Formation universitaire. Femmes lesbiennes et bisexuelles. Cishétéronormativité.

Isabella Campos Freitas D'AVILA

Mini-Biografia. Psicóloga, Mestre em Educação pela UFMG, pós-graduada em Intervenção Psicossocial no Contexto de Políticas Públicas no Centro Universitário Una. Líder regional MG-GO-RJ do Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão (NAPI). Atualmente é docente no curso de Psicologia do Centro Universitário UNA. Atua no Ambulatório de Diversidade do Centro Universitário UniBH. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase na área de inclusão, diversidade e psicopedagogia institucional.

Luiz Paulo RIBEIRO

Mini-Biografia. Psicólogo, Doutor em Educação. Professor Adjunto C no Departamento de Ciências Aplicadas à Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (DECAE - FaE - UFMG). Atualmente é docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social (Faculdade de Educação - UFMG) e do Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência (Faculdade de Medicina - UFMG). Coordenador do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social (gestão 2023-2025).

Recebido em: 07/08/2022

Aprovado em: 01/07/2023